

01.02.1908~01.02.2008

CENTENÁRIO DO REGICÍDIO

Índice

Índice	II
Prefácio	III
Relato Dos Acontecimentos	V
As Questões Do Regicídio	XVIII
D. Miguel Berquó	XIX
Dr. Nuno Bandeira	XXI
Dr. Pedro Reis	XXV
D. Fernando de Mascarenhas	XXXI
Dr. Vasco Manuel Mantas	XXXIII
Paulo Especial	XLI

*Pré*fácio

Neste livro em formato digital, o site www.monarquicos.com reúne alguns dados sobre o trágico acontecimento ocorrido no dia 1 de Fevereiro de 1908 : O Regicídio de um dos Chefes de Estado mais dedicados que alguma vez Portugal teve, El-Rei D. Carlos I, e do seu filho, o Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe.

Passados 100 anos, é notório o facto de que a história que tem vindo a ser escrita sobre o fatídico acontecimento e factos adjacentes ao mesmo não tem sido clara e em muitas ocasiões omissa, errónea e até mesmo intencionalmente falsificada.

Desde a criminoso acusação feita por quem faz d'El-Rei justa vítima de tamanho crime que é o assassinato; à elevação ao estatuto de heróis dos assassinos de um Chefe de Estado; passando pelas surreais afirmações de que por altura do Regicídio, Portugal se encontrava atrasado – quando, comparativamente com os tempos presentes, se encontrava imensamente mais avançada em termos culturais, sociais, económicos e até mesmo políticos – a todos os níveis. A desinformada associação do início da Democracia em Portugal à República, quando a mesma Democracia foi instituída sob o regime Monárquico, e da qual D. Carlos era fervoroso defensor.

Sendo notório o facto de que o povo Português se encontra mal informado sobre os temas afectos ao Regicídio, impera o esclarecimento dos mesmos, pelo que o presente documento, assente sobre bases e factos reais, bem como de intervenções de individualidades reconhecidamente idóneas, se trata de um veículo de esclarecimento que colocamos ao vosso inteiro dispor. Sois livre de saber a verdade.

Miguel M. Costa



Placa evocativa do local onde ocorreu o Regicídio

© www.monarquicos.com

Relato Dos Acontecimentos

Testemunho de valor histórico e documental incalculável, legado por quem directamente privou com El-Rei D. Carlos e o Príncipe Luis Filipe, o ilustre Dr. D. Thomaz de Mello Breyner - IVº Conde de Mafra, apresenta-nos a sua visão dos primeiros 14 dias de Fevereiro de 1908 através do seu diário, gentilmente transcrito e concedido pelo seu bisneto, Sr. José Thomaz de Mello Breyner.



Diários de D. Thomaz de Mello Breyner - IVº Conde de Mafra
© José Thomaz de Mello Breyner

Sabbado, 1 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades ⁽¹⁾

Assassinato d’El Rei D. Carlos e do Principe Real D. Luis

De manhã Hospital. Fui almoçar a casa. Das 2 ás 4 consultorio. D’ali fui ao Terreiro do Paço esperar SS. MM. e o Principe Real que vinham de Villa Viçosa. Falei-lhes quando desembarcaram e logo em seguida safei-me para ir a casa do Saint René Taillandier. Ali o Penha e Costa disse-me que tinha havido barulho no Terreiro do Paço. Vim logo para aqui para ver chegar dois landaus com os cadaveres do meu querido Rei e do meu querido Principe !!!

Tinham sido assassinados no Terreiro do Paço quando vinham na carruagem por uns monstros que sacaram carabinas debaixo do capote. Bem me diziam! Noutra carruagem chegaram as duas Rainhas com o Senhor Infante D. Manoel que é agora El Rei D. Manoel II e pelo Infante D. Affonso que é agora o Principe Real. Que scena e que afflicção! Os dois cadaveres ficaram ao lado um do outro no quarto de cama d’El Rei.

Eu ali fiquei toda a noite.

São companheiros de serviço o Marquez-Barão d’Alvito, o Conde e Condessa de Figueiró, o Almirante Guilherme Cappello, o António Waddington e o Visconde d’Asseca Pae que vinha com o querido Principe. Tempo lindo para contrastar com a minha grande tristeza.

(1) Meu Bisavô começava o seu Diário por colocar a data e o local onde dormia nesse dia.

Domingo, 2 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades

Embalsamamento

De manhã missas. É enorme o alvoroça na cidade, mas a ordem não foi alterada. As tropas precisam de ser elogiadas porque teem estado admiraveis de fidelidade. E dizia-se o contrario. O João Franco demitiu-se hoje. Às 2h p.m. começou o embalsamamento d'El Rei e do querido Princih p.p. interrompemos para jantar. Às 8 h. continuamos e seguimos pela noite dentro. Tudo muito difficil por causa dos estragos das balas. Bom tempo.

Segunda-feira, 3 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades

Continuo atordoado. Quantas saudades do querido Rei e do querido Principe Real. Que horror foi o embalsamamento que só acabou de madrugada. O Principe foi mettido na sua urna, mas a que veio para El-Rei não serviu. Ficou sobre a cama enquanto se não faz outra. Estão os dois corpos no quarto de cama d'El Rei cobertos com a bandeira portugueza. Sempre que posso vou ali rezar pelos dois Martires. Fui almoçar a casa e depois ao consultorio. Às 4 ½ voltei para aqui. Jantar ás 8h e depois fui para junto dos mortos queridos.

Terça-feira, 4 de Fevereiro de 1908
Lisboa-Paço das Necessidades

Morre D. Carolina Eça de Queiroz

Dormi umas 3 a 4 h que me repousaram. Logo às 8h fui para junto dos cadáveres do meu querido Rei e querido Príncipe que estão ainda na cama mortuária. Às 10 horas fui fazer o curativo a El-Rei D. Manoel que vai melhorando graças a Deus.

Está constituído já o ministério presidido pelo Ferreira do Amaral. É um ministério de concentração para calmar os espiritos que estão realmente mais socegados.

Das 2 às 4 fui ao consultório e dei também uma chegada a casa. Vim depois logo para aqui. Às 8 h jantar. Às 10h fui deitar El-Rei e depois fui para junto dos queridos mortos até de madrugada. Como eu tenho aguentado o desgosto e o cansaço.

Tempo lindo contrastando com a horrível desgraça.

Morreu hontem em Lisboa D. Carolina Eça de Queiroz, mãe do grande romancista José Maria Eça de Queiroz. R.I.P.

Quarta-feira, 5 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades

Ainda não se realizou o grande horror. Pobre Rei e pobre Príncipe para mim tão queridos.

Logo às 8h da manhã fui para junto do Novo Rei que vai melhorando do braço, mas lentamente porque a ferida é grande e a contusão enorme.

Fui de tarde a casa e ao consultório. Às 4h já aqui estava outra vez para fazer companhia ao Reinho e classificar os milhares de telegramas que Elle recebe.

Jantar às 8h e depois sala e cavaqueira com as centenas de pessoas que aparecem constantemente. Muito cochichar, muitos segredos, já muitas intrigas.

O que virá isto a ser de futuro? Pobre Reinho!

Que saudades do outro Santo Rei e do querido Príncipe!

Continua bom tempo.

Quinta-feira, 6 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades

Passei a manhã com o Reisingho que vae melhorando do braço.

Ao meio dia fui a casa vêr a familia e almoçar. Voltei para aqui ás 4h .

Teem chegado muitos Principes e muitos Embaixadores estrangeiros.

Jantar ás 8h. Depois começou a soldagem do caixão do Principe Real e metemos El-Rei na urna que também foi soldada. Foi o serviço dirigido por mim e nada faltou.

Á meia noite sahia o caixão d’El-Rei do Paço para entrar na Capella. Só as pessoas de serviço, Conselheiro A. Vasconcellos Porto (ex-Ministro da Guerra), Almirante Moraes e Sousa, e creados acompanharam os cadaveres. Atraz das urnas foi o Principe Herdeiro D. Afonso.

A Isabel Ponte, aia do Principe Real, acompanhou o caixão d’Este do Palacio para a Capella.

Que Tristeza! E que frio fazia!

Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Paço das Necessidades

De manhã fui fazer o curativo a El-Rei com quem fui á missa dita pelo Nuncio Tonti ás 10 ½ . Ao meio dia fui a casa ver a Familia e ás 3h voltei para aqui. Ás 3h p.m. vieram os Príncipes Artur de Connaught, e D. Fernando d’ Hespanha. Depois estive mais de duas horas conversando com a Rainha Amelia que está admirável de resignação e valôr. Á meia noite chegaram aqui o Infante D. Carlos d’ Hespanha, e o Principe João d’ Orleans (Duque de Guise). Também chegaram para Belem muitos outros Príncipes.

Chegou a Lisboa o Wandschneider.

Há um certo panico p^a amanhã. Não creio que se faça nada. O attentado foi só contra El-Rei. Creio que até não queriam matar o Principe Real.

Chegou o Couraçado inglez “Exmouth” com o Almirante Curzon Howe que vem representar a Rainha Alexandra. Vem acompanhado do cruzador “Arrogant”. Também está o Cruzador Hespanhol “Princeza das Asturias”.

Sabbado, 8 de Fevereiro de 1908

Lisboa – Junqueira

Logo de manhã no Paço fui curar o braço do Rei D. Manoel que logo depois se fardou de Generalissimo pela primeira vez para assistir ao enterro do Pae e do Irmão sahindo do Palacio. Que triste scena! Sahiu o enterro ás 11h Eu fui com o colega Meirelles. Chegamos a S. Vicente ás 11 ½ .

Tristeza enorme para mim.

Encontrei ali o Almirante Curzon Howe muito fflicto bem como o Marquez del Castelar, meu amigo de Madrid.

Ás 4 h voltei para casa tirar a farda e fui a Belem vêr o Infante D. Fernando e o Marquez del Castelar. Ambos partiram para Madrid ás 6 ½ .

Jantei em casa. Á noite veio o Martins da Rocha, grande amigo d'El Rei nas Pedras Salgadas.

Que afflicto passei o dia de hoje. E que lindo dia para destoar com a minha saudade! Vi no Paço o Duque de Luynes, o Duque de Noailles e o Marquez de Beauvoir, todos meus conhecidos de Stawe quando ali fui com a Rainha Amelia assistir á morte de seu Pai, o Conde de Paris.

Domingo, 9 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Junqueira

Logo de manhã fui curar o braço do Rei D. Manoel.

Almoçou aqui comigo o Manuel Martins da Rocha.

Às 2 h fui ao Paço onde El-Rei e a Rainha Mãe receberam as Casas Civil e Militar. O Reinho apareceu fardado de Generalissimo. Parecia D. Pedro V. Será bom que se Lhe não metta demasiadamente na cabeça seguir ou imitar sem nexo o sorumbatico Tio. Era bom mas não tinha sorte e apesar de tudo atirava para o tyranete. D'ali fui visitar a Rainha D. Maria Pia que está muito cahida e também visitei o Conde de Turim.

De tarde fui ao Julio Mardel onde estava o Marquez da Foz e o Caetano de Bragança com o filho Affonso. Morreu hontem o General R. Galhardo que foi ajudante de campo d'El-Rei D. Carlos. Era o heroe do Coolela. Fiz serviço com ele em Cascaes no anno passado. R.I.P.

*Segunda-feira, 10 de Fevereiro de 1908
Lisboa-Junqueira*

De manhã fui ao Paço vêr o braço d'El Rei. D'ali vim almoçar a casa.

Das ás 4 consultório. Jantei em casa e veio jantar o Cid.

Continuo cheio de saudades de tudo. Que tristeza!

De manhã fui ao Sud-express despedir-me do Conde de Turim e do Principe Guilherme d'Hohenzollern que partiram para Paris.



Lenço que El Rei D. Manoel trazia no dia do Regicidio e que ofereceu a D. Thomaz de Mello Breyner - IVº Duque de Maфра. Ainda manchado com o sangue de El-Rei.

© José Thomaz de Mello Breyner

Terça-feira, 11 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Junqueira

De manhã fui ver o braço d' El-Rei D. Manoel. Também vi a Rainha D. Amelia. Que tristeza de Paço!!!

Almocei no Tavares
Das 2 ás 4 consultorio
Jantou comigo o Jorge Cid.

Á noite fui a casa dos Condes de Olivaes vêr o Penha Longa que veio de Paris expressamente para o enterro d'El-Rei e do Principe. O Penha Longa era grande amigo d'El-Rei e El-Rei gostava muito d'elle. Tambem lá estavam os Molinas.

Esteve um dia bonito, mas parece-me que o tempo vai mudar.

Quarta-feira 12 de Fevereiro de 1908
Lisboa – Junqueira

De manhã fui ver o braço d'El-Rei. Almocei no Hotel Central. Das 2 às 3 Companhia dos Tabacos. Levantou-se a sessão em signal de sentimento. Até às 5 ½ consultorio.

Jantei em casa. Á noite fui a casa do Julio Mardel.
Tempo de chuviscos.



Palacio Burnay na Junqueira onde vivia o autor deste Diário com sua Mulher, D^a Sofia Burnay, e seus 9 filhos.

© José Thomaz de Mello Breyner

Sexta-feira, 14 de Fevereiro de 1908
Lisboa-Junqueira

De manhã fui ver o braço d'El-Rei e depois ver doentes. Almocei no Rendez-Vous des Gourmets. Das 2 ás 4h consultorio. Jantei com os sogros e á noite fui ver a Didi.

Ainda não estou em mim depois da grande desgraça. Cada vez tenho mais saudades d'El-Rei e do Principe.

Parece que a versão verdadeira sobre a tragédia é a seguinte: o bandido Alfredo Costa assassinou El-Rei com um tiro na nuca e o Principe que ia em frente do Pae tirou um revolver da algibeira e matou imediatamente o regicida. Foi então que o bandido Manoel Buiça com uma carabina prostrou o Principe Real com uma bala na face esquerda que produziu a morte vinte minutos depois já no Arsenal. A morte d'El-Rei foi instantanea.

Morreu hontem o Dr Flávio da Silveira. Conheci-o em Mafra há mais de 20 anos. R.I.P.

As Questões Do Regicídio

Para melhor compreendermos e conhecermos o que foi e que resultados teve o Regicídio, foram colocadas a diversas personalidades as 3 seguintes questões, pedindo que a resposta fosse dada preferencialmente em forma de pequeno texto que, no seu todo e no ponto de vista do autor, responda - na medida do possível - às questões apresentadas.

“Na sua opinião, o que é e o que foi o Regicídio do Rei D.Carlos e do Príncipe Herdeiro D.Luís Filipe?”

“Como classifica este acontecimento? Perante a conjuntura político-social e também sócio-económica verificada em Portugal na altura dos factos, terá sido o Regicídio justificável?”

“No seu entender, o que mudou em Portugal após este episódio?”

Apresentamos de seguida as respostas gentilmente concedidas.

D. Miguel Berquó

*S*obre o que é e o que foi o regicídio do Rei e do Príncipe Herdeiro oferece-me dizer, de imediato, que foi um crime. Mas um crime com contornos especiais porque na minha modestíssima opinião, mais do que um móbil político (o Irmão do Rei foi poupado), teve um intuito personae. Portanto foi uma operação muito clara da carbonária com cumplicidades internas e internacionais muito extensas, poderosas e censuráveis. É um crime de ódio pessoal acima de tudo. Por isso tem uma gravidade acrescida. Penso que com isto respondi em parte à sua segunda pergunta. Mas queria escrever um pouco mais sobre a parte final quando me questiona se se tratou de uma acção justificável. É que me sinto particularmente à vontade para responder sobre isso porque, por acaso, um bisavô paterno meu, Joaquim Madureira Nunes Borges de Carvalho, que assinava com o pseudónimo Braz Burity, estava já embarcado para ir para o exílio não fosse o regicídio. E digo-lhe, meu amigo, que nunca, jamais em tempo algum a morte de Dom Carlos e Dom Luis Filipe poderiam ser justificáveis. Não há aqui, pelas razões que descrevi, qualquer partidarismo emocional pela Família Real. Há a convicção muito forte que o juízo que fundamentou a preparação e execução do crime foi um juízo de ódio pessoal, e a prova disso é que gerou uma onda de violência que vitimizou inclusivamente vários republicanos que, dois anos e tal mais tarde, estiveram entricheirados na baixa lisboeta e

implantaram, pela força das armas, a república. O móbil foi o ódio, o qual se estendeu no tempo e no âmbito de uma forma tão grave que terminou com uma ditadura de mais de quarenta anos.

O que mudou em Portugal foi tudo. E com o tudo pretendo significar a ascensão de um grupo político que teve a capacidade de cometer a enorme proeza de dominar a esmagadora maioria dos portugueses. E essa matriz mantém-se desde então. O que mudou foi a relação entre governantes e governados. Com a exceção da idiotice da ditadura franquista, a monarquia portuguesa era o espelho da nossa matriz como povo: a proximidade. Portanto, a proximidade entre governantes e governados. Foi isso que a morte do Rei e do Príncipe pôs fim até hoje. Por mera coincidência, neste dia que tenho o gosto de lhe responder, meu amigo, as elites políticas decidiram não consultar os portugueses sobre o seu futuro na Europa e no mundo. Compreendo todos os argumentos e mais alguns, mas, no fim, existe um afastamento entre quem governa e quem é governado. E tudo começou no dia 1 de Fevereiro de 1908.

Dr. *Nuno* *Bandeira*

Foi um atentado terrorista que tinha uma clara finalidade política: derrubar o governo de então e substituí-lo por uma oligarquia. A romaria ao túmulo dos regicidas pouco depois desse trágico evento foi prova da extrema liberdade que então se vivia. É vulgar dizer-se que só temos democracia desde Abril de 1974 mas isso é historicamente errado. Temos tradição democrática (embora com alguns interregnos) praticamente desde 1820 e no que respeita à liberdade contra a centralização do poder da coroa, só D. Pedro II foi um rei verdadeiramente absolutista dado que, tentando imitar o rei-sol, só convocou Cortes duas vezes no seu reinado. Tivemos mesmo ao longo da história primeiros-ministros radicalmente de esquerda e anti-clericais como foi o marquês de Pombal que expulsou os jesuítas e extinguiu a alta nobreza. No que respeita ao trágico acontecimento em si, avalio que é algo que a nossa história só tem a lamentar e considero que tem havido sempre nos livros de história mais uma desculpabilização dos assassinos por uma transformação política que era, segundo alguns, “inevitável” e não algo que sob o plano moral e ético só pode ser condenável. Se calhar esses historiadores não se conseguem colocar no lugar de quem perde um pai e um irmão. O nosso presidente da república devia assinalar este acontecimento depositando uma coroa de flores no túmulo das vítimas em S. Vicente de Fora.

A conjuntura política na altura do regicídio não favorecia os republicanos, verdade seja dita. Em 1906, o PRP só conseguiu eleger um deputado para as cortes, o mesmo número que o partido legitimista (absolutista). O Republicanismo era, a nível nacional, mais um fenómeno de propaganda urbana do que uma vaga de sucesso. O grande problema foi, na minha opinião, os esforços que o rei na altura empenhou para incitar João Franco, do partido regenerador liberal, a criar reformas político-institucionais. Franco veio a encontrar acérrima oposição dos regeneradores e dos dissidentes progressistas o que veio indirectamente favorecer os republicanos na sua campanha contra a coroa. Aqui, claramente, a coroa confundiu-se com o governo, mas embora D. Carlos tenha sido um apoiante de João Franco no sentido em que o julgou hábil na sua capacidade de reformar o sistema político (apostou nele como líder da maioria), institucionalmente a coroa e o seu governo são órgãos inteiramente diferentes. Ao assassinar o rei queriam, na verdade, assassinar o governo. Toda a propaganda republicana se apoiou nesta ideia. Derrubando o monarca, derruba-se o governo e todo o rotativismo sensaborão. Nada mais errado, e mal eles sabiam na alhada em que estavam a meter o país. Digo isto sem sentimento nostálgico ou dor de cotovelo. Mas as pessoas precisam de saber a verdade. Tendo o conhecimento que temos hoje da nossa história, o regicídio é obviamente um acto dispensável e mesmo contraproducente pois o resultado foi exactamente o contrário do pretendido. Voltou-se ao rotativismo regenerador/progressista e ninguém ganhou com isso.

Pois bem. Olhando friamente as coisas quem lucrou com o regicídio? Foi um acto terrorista de uma minoria sequiosa de poder e que finalmente ao alcançá-lo viu-se impotente para impedir a anarquia e o caos político. Pior ainda, estabeleceu o precedente de que, com o uso da força todos os fins se podiam alcançar. Estou a lembrar-me concretamente da chamada “camioneta fantasma” que em 1921 andava por Lisboa a raptar ministros e executá-los sumariamente por estes não servirem a concepção que os raptadores tinham da república. Tivemos ainda um presidenticídio. Sidónio Pais, chefe de estado em exercício foi assassinado em 1918. Se esperança houve na implantação da república acho que a história não a demonstrou ser convincente. O país ficou na bancarrota. Só em 1911 a dívida ao estrangeiro aumentou vertiginosamente. A prometida liberdade era falsa. O sufrágio eleitoral tornou-se mais restritivo com a república. A separação entre o estado e a Igreja foi supostamente a melhor conquista que o país teve com a implantação da república. Mas mesmo assim já existia liberdade religiosa e esta estava mesmo consagrada na Carta Constitucional. Apenas o monarca era constitucionalmente obrigado a seguir a religião católica e mais ninguém. Também acho que é ofensivo à memória colectiva quando alguém como Aquilino Ribeiro é trasladado para o panteão nacional. Ao que parece a 1ª república só obteve sucesso a prolongar o seu nome na história. Podemos reconhecer o seu mérito como escritor mas se sabemos que Aquilino esteve envolvido em conspirações terroristas no início do século XX então obviamente devíamos pensar duas vezes. Não tenho nenhum problema em homenagear os restos mortais de Teófilo Braga, Manuel de Arriaga ou Humberto Delgado.

Como cidadão reconheço o seu papel histórico e o dever que desempenharam pela nação segundo o que melhor pensavam e sabiam. Agora alguém que admitidamente ajudou a ceifar vidas com fins políticos não merece honras de estado. Acho que isto certamente transcende a divisão entre republicanos e monárquicos.

Dr. *Pedro Reis*

É com enorme honra que acedo a mais um convite do www.monarquicos.com, desta vez pediram-me para que me debruçasse sobre esse episódio negro da nossa História contemporânea, o regicídio d'el Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe.

Terá sido o regicídio justificável? Alguns historiadores querem-nos fazer crer que sim. Foi o meio mais rápido de atingir o fim pretendido - a República. Subjacente a esse sentimento refaça-se a pergunta inicial: Era a república a solução dos problemas e foi a sua instauração a resolução dos mesmos? Não, claramente um rotundo e enorme não. Então regressemos à pergunta secundária: Foi o regicídio justificável? Não, não foi, porque os fins não justificam os meios.

Não foi, também, porque a república, posteriormente, apenas agudizou os problemas de base, dando-lhes, inclusivamente, aspectos até então desconhecidos. As perseguições sociais indiscriminadas, os assassinatos políticos, a repressão política e religiosa, a anarquia, o estado de sítio, enfim o acentuar do desnorte a que os destinos do País já estavam entregues. Então, neste ponto entre o deve e o haver foi o saldo positivo? Mais uma vez, não. Foi apenas um equívoco.

Diria até, o maior equívoco colectivo de que há memória na História Portuguesa. Um total e completo logro.

O regicídio em si foi um golpe de Estado muitíssimo bem orquestrado ao mais alto nível. Visou essencialmente uma única pessoa – João Franco. Matá-lo a ele teria sido um erro estratégico, pois que garantiria duas coisas: 1) o redobrar da determinação de D. Carlos em reformar e modernizar política e socialmente o país; 2) a continuação da política e legado de João Franco, um dos poucos monárquicos que detinha em si e no seu círculo partidário a vontade, a capacidade de trabalho e a objectividade necessárias para assegurar o verdadeiro serviço público, com um governo do povo para o povo.

Matar o Rei traduzia-se na melhor opção uma vez que era neste que o governo de João Franco, momentaneamente, se equilibrava e por outro permitiria “queimar” publica e politicamente João Franco e o seu partido, antes que as eleições de Abril dessem a legitimidade democrática (que iriam dar) aos actos administrativos do seu Governo. Era pois imperativo que com um único golpe se matasse o Rei, o Príncipe Real e qualquer hipótese de o governo de João Franco perdurar quer pela sua mão ou pela de um outro seu correligionário. Tivesse o Rei ou o Príncipe Real sobrevivido e João Franco teria assegurado a sobrevivência da Monarquia, o que certamente teria impedido, a curto prazo, que o país caísse primeiro na anarquia e depois na ditadura de facto. Digo isto assim desta forma pois que tendo D. Manuel a idade que tinha e sendo uma figura arredada da vida política era espectável quem o

influenciaria. Era também sabido que a Rainha D. Amélia discordava da linha governativa de João Franco, logo o resultado seria previsível.

Havia poucos políticos monárquicos que conseguiam fazer frente aos republicanos e entre estes João Franco era o mais temido de todos. Especialmente porque traduzia em actos e Leis os seus discursos objectivos e incisivos, primeiro distanciando-se dos tradicionais partidos monárquicos, depois falando num discurso quase socialista, dirigido às classes mais humildes, e por último sendo um carácter recto, honesto e imaculado difícil de confundir com a corriqueira podridão de princípios da política de então.

De tudo o que já li, não estou em crer que o PRP e o próprio Partido Regenerador estivessem fora da conspiração, sobretudo porque o maior padrinho da Carbonária era o radical Afonso Costa, cujo ímpeto e particular feitio não se conciliavam com os modestos resultados eleitorais que obtinha pela via legal, por outro lado os dissidentes progressistas radicalizaram o seu discurso atacando o Rei por não lhes ter feito a vontade, quanto à dissolução do governo de João Franco. Nestas circunstâncias, se não podem ser convencidos há que vence-los....a qualquer custo.

Podia D. Carlos ter feito mais ou melhor? À luz da Carta Constitucional não. Seu era o poder moderador, mas mais do que isso estava para além das suas competências enquanto Rei Constitucional. A própria noção de democracia era insípida e inclusivamente aquém daquilo que a própria Carta preconizava,

sendo que o seu texto é de tal maneira liberal que aponta direitos fundamentais como o ensino básico gratuito a todos os cidadãos, a igualdade de todos perante a Lei, a igualdade de todos no acesso a cargos públicos baseado exclusivamente nos seus talentos e virtudes, liberdade de expressão escrita e oral, prisão apenas sob culpa formada, etc, mas não aponta um único dever ao cidadão! Desde a instauração da Carta que as rédeas do poder estavam na mão do eleitor e ao Rei cabia gerir o curto espaço de manobra que esse, colectivamente, lhe dava na escolha do governo.

Ninguém pode acusar D. Carlos de não ter esgotado todas as vias democráticas possíveis e até na manutenção de João Franco no governo o Rei agiu de acordo com os trâmites legais vigentes. O que hoje não se compreende é a razão pela qual um primeiro-ministro demissionário não era obrigado a manter-se em funções até novas eleições, imputando a responsabilidade de imediatamente escolher novo presidente de Conselho de Ministros ao Rei! Curiosamente o garante da rotatividade assentava neste pressuposto e o Rei não era o seu motor, mas sim e meramente o veículo, da vontade dos eleitores personificada na dos políticos. Incrivelmente as eleições posteriores garantiam sempre a vitória do Presidente nomeado. Tudo isto eram lacunas por resolver do sistema eleitoral, mas cabia ao Rei altera-las ou aos próprios políticos?! É curioso como grandes vultos da vida Portuguesa apontaram e alguns ainda apontam o dedo acusador à única pessoa que queria fazer algo, mas também sendo a única que nada podia fazer! João Franco podia e ia faze-lo, o que representava o fim do status quo para muitos.

Aos Republicanos porque se alimentavam de apenas apontar essas lacunas, mas não tinham um plano de governo credível, aos Monárquicos porque representava o fim do Rotativismo, do clientelismo e do cacique. Que situação e Rei incómodo!

Muitos ainda hoje apontam a ditadura de João Franco como a maior razão do regicídio e têm razão! Esse expediente governativo tinha figura legal e já fora usado por diversas vezes antes, assim como foi usado posteriormente com maior frequência, até, durante a primeira República. Governava-se sem parlamento, no período entre a demissão de um governo e as novas eleições! Qualquer decreto emitido, embora vigorasse imediatamente, careceria depois de aprovação pelas Cortes. É curteza de vistas classificar o 2º governo de João Franco como uma ditadura, quando este se inicia em Maio de 1907 e tem fim à vista com as eleições agendadas pela própria mão de João Franco para Abril de 1908! Menos de 1 ano e o ditador apresenta calendário eleitoral que o Rei subscreve! Quando digo que foi a ditadura que suscitou o regicídio faço-o sarcasticamente pois que em 20 meses João Franco elaborou e implementou mais reformas essenciais, que todos os outros governos do reinado de D. Carlos. Esta, sim, foi a razão mais premente do assassinio de D. Carlos.

Sem João Franco, sem D. Carlos, sem o Príncipe Real (que seguramente iria seguir a política do Pai) e sem a Monarquia em si, a classe política e os que aspiravam a sê-lo tinham novamente as portas abertas para a manutenção dos seus interesses económicos e coutadas de poder, sem ninguém por perto a

atravessar-se pelo caminho da rectidão e do serviço público contra eles.

Em sùmula, o regicídio serviu muitos interesses, disso não tenho a menor dúvida, assim como tenho uma certeza, que não serviu o interesse superior da Nação Portuguesa nem tão pouco dos seus cidadãos.

D. Fernando de Mascarenhas

Foi o assassinato do Rei de Portugal e, portanto, do Chefe de Estado e do seu filho e herdeiro. Enquanto assassinato e assassinato de um Chefe de Estado, considero que se trata de um acto que só em circunstâncias excepcionais poderia ser tolerável, circunstâncias que considero que não estavam de modo nenhum reunidas. Considero, pois, que se trata de um acto de puro terrorismo. Quando ao assassinato do Rei acrescentamos o assassinato de um jovem sem nenhuma responsabilidade significativa, além de terrorista, o acto torna-se em pura barbárie, no pior sentido da palavra. Nada na conjuntura politico-social ou socio-económica justificava sequer o assassinato do Rei, quanto mais o do Príncipe.

No meu entender, o regicídio, e o assassinato do Príncipe herdeiro fragilizaram o país e criaram as condições para que cerca de dois anos depois fosse implantada a República, sem que houvesse nenhum indício que essa fosse a vontade da maioria do povo português e permitindo assim a alguns bens intencionados e, certamente, muitos oportunistas, a tomada do poder. Como quase sempre acontece, os bens intencionados, quando deixam de ser necessários para dar cobertura aos oportunistas, são na sua grande maioria afastados. Note-se que ainda hoje o povo português não foi consultado sobre a sua preferência

relativamente ao regime monárquico ou republicano. Creio bem que a forma mais digna que o Estado Português teria de comemorar a implantação da República, seria a realização de um referendo sobre esta matéria.

Dr. *V*asco *M*anuel *M*antas

Várias nações experienciaram já o rude golpe da perda do seu Chefe de Estado às mãos de terroristas. Estados Unidos da América, Rússia ou Grécia, são apenas alguns exemplos, poucos, de países onde por razões políticas, Reis e Presidentes foram mortos às mãos de seus compatriotas.

Portugal também se inclui nesta infeliz lista, evocando-se, este ano, o centenário do Regicídio que vitimou o Rei D. Carlos e o seu herdeiro, o Príncipe Luís Filipe.

O Regicídio não pode ser entendido como um acontecimento isolado, mas sim como o culminar de uma série de fatalidades, todas inseridas numa conjuntura volátil, que colocaram em risco não só o regime, como a própria estabilidade e segurança nacional.

O então Reino de Portugal atravessava uma época conturbada e percorria, em passo célere, a triste estrada dos Impérios que colapsam ou se tornam meros joguetes nas mãos de potências estrangeiras, sendo por elas tolerados apenas por questões de conveniência. O declínio do poder e mesmo da glória de Portugal, em certa medida acompanhado do respeito internacional pelo nosso

país (nomeadamente em relação à nossa política externa e particularmente face aos objectivos lusos em África) colocaram a monarquia na linha de fogo, frequentemente com objectivos claros de aproveitamento político da situação desfavorável (em alguma medida, ela própria exagerada pelos republicanos de ontem e hoje e desvalorizada por certos monárquicos).

A responsabilização dos monarcas pela decadência (quando na verdade, em monarquia constitucional, são os governos eleitos, os responsáveis pela governação do país) a perda de prestígio das antigas elites (e da própria classe política) e um nível crescente de organização dos republicanos contribuíram para que, após várias tentativas, a República fosse implantada. No fundo, as causas que levaram ao Regicídio e mais tarde, ao 5 de Outubro, acabam por ser coincidentes, em grande medida, com as que deram origem ao 28 de Maio ou até ao 25 de Abril, a saber, o descontentamento de determinadas classes que tomam em mãos os destinos do país, face à apatia da generalidade da população, que ora aplaude ora apupa, conforme os ventos que sopram, resultado de atrasos estruturais e estruturantes no tecido social e económico do país.

Não iremos, no entanto, abordar questões históricas ou mesmo políticas, dos eventos que antecederam o Regicídio, nem tão pouco as consequências desta acção terrorista que abriu as portas a um regime republicano que não conseguiu, ele próprio, ultrapassar terríveis dificuldades, em grande medida semelhantes às experienciadas pelos últimos governos monárquicos, levando mesmo ao agravar da crise e turbulência que conduziu, por fim, à revolução

do 28 de Maio que colocou um termo na limitada, frágil e agitada democracia portuguesa da I República. Na verdade, as causas são tão complexas e, tantas vezes ficcionadas pelos partidários de um ou outro lado, que dificilmente poderíamos chegar a uma conclusão definitiva. Iremos sim, procurar avaliar qual o impacto do centenário do Regicídio na política do Portugal de hoje e o que sucederá aos monárquicos no pós-2008/2010.

Não podemos esquecer que o ‘rotativismo político’, um dos alegados coveiros do regime monárquico (apesar de existir sem grandes sobressaltos em vários países, nomeadamente em uma das mais antigas democracias do mundo, os Estados Unidos da América), existe também hoje e está, aliás, a ser reforçado, por ataques vários contra as forças políticas minoritárias, tornando inúteis muitas das disposições constitucionais que nos garantem o direito a uma expressão política activa a nível nacional e local.

A evocação do Regicídio e da obra de D. Carlos deve ser entendida como um evento nacional, no entanto, e uma vez mais, apenas os grandes centros, e em particular, a área metropolitana de Lisboa, e algumas raras excepções, terão iniciativas organizadas com vista a relembrar o momento histórico e que permitam, simultaneamente, projectar a monarquia para o século XXI. Aliás, a projecção da monarquia para os tempos de hoje é algo que se encontra largamente por realizar (se é de resto um objectivo...), ao contrário do que aconteceu com a Presidência da República que, desde a tomada de posse de Cavaco Silva, tem sido valorizada, dignificada e modernizada, introduzindo uma imagem

nova, fiel à tradição nacional mas inovadora na forma e, em parte, no conteúdo.

Em grande medida, é a empatia por D. Carlos que tantos sentem em virtude da sua visão, personalidade e obra, que permite tão ampla evocação e celebração do penúltimo Rei de Portugal, em eventos variados e de diferentes índoles. Em particular o seu trabalho em oceanografia, uma área ainda hoje tão actual e fundamental para o nosso país (não sendo por acaso que a Armada Portuguesa possui um navio de pesquisa com o nome do monarca), a sua arte e interesse pelo desenvolvimento, fomentam um carinho especial por uma individualidade que representa, sem dúvida, um modelo de Chefe de Estado e um espírito consciente da importância da Ciência e Cultura ao serviço do bem nacional. Por essas razões, muitos republicanos, assim como monárquicos, acima de tudo, muitos portugueses, irão fazer questão de participar nos eventos organizados, sendo essa a causa, no nosso entender, que permitiu tão interessante movimento nacional, pelo menos em determinados meios, nomeadamente na imprensa e indústria livreira. As iniciativas exclusivamente monárquicas, por outro lado e em claro contraste, e como vem sendo frequente, têm sido desconexas, isoladas e em muitos casos verdadeiros enredos de folhetim. A incoerência estratégica, a falta de visão e coordenação, a insuficiente articulação entre estruturas nacionais e potenciais grupos locais, peça fundamental e que permitiria chegar a todos os cantos de Portugal, resultado talvez de uma já crónica falta de liderança, colocou, outra vez, entraves gravíssimos a uma evocação digna por parte daqueles que se dizem perpetuadores do legado monárquico em Portugal.

Uma das mais interessantes iniciativas exclusivamente e assumidamente monárquicas que até hoje tivemos oportunidade de conhecer no âmbito das cerimónias, procurou declarar o dia do Regicídio, dia de luto nacional, através de petição entregue na Assembleia da República. O sucesso de tal iniciativa teria garantido uma evocação deveras nacional e uma projecção inestimável do conceito de monarquia constitucional.

À semelhança de outras nações que viram os seus monarcas assassinados, também Portugal deveria honrar, de forma unida e reconciliada com um passado que nos é comum, a memória de quem, acima de tudo, foi um Chefe de Estado de todos os portugueses. Infelizmente, tanto para republicanos como para monárquicos, o Regicídio é frequentemente apontado, nas escolas portuguesas como uma ‘fatalidade inevitável’, chegando-se mesmo ao extremo de apelar a acção como um passo ‘corajoso’ de um grupo de revoltosos que pretendiam dar a liberdade aos portugueses.

O verdadeiro espírito da República baseia-se na promoção do valor individual colocado ao serviço do colectivo, sendo um Estado uma verdadeira República apenas quando a Lei tem o primado, a Ordem é respeitada e os costumes do povo são transpostos para a Lei que rege essa mesma Nação. O assassinato de um Rei ou Presidente de um Estado de Direito, como o era o Portugal de 1908, é um acto de terrorismo contra o colectivo nacional e assim diametralmente oposto ao verdadeiro espírito republicano e democrata. Constitui um acto terrorista e sectário, hoje verdadeiro flagelo a nível mundial,

e flagelo esse que tem de ser eficientemente combatido para proteger a essência da democracia.

Em democracia, seja em república ou monarquia, o terrorismo não pode ser branqueado ou tolerado, mesmo quando o acto foi praticado no passado histórico, pois ele servirá de referência a outros no futuro.

Para a população em geral, que não tem sido facilmente atraída pelas campanhas monárquicas, e é nela que reside em grande medida a capacidade de alterar o actual sistema (seja para uma monarquia, seja para um república renovada em democracia e em objectivos), a evocação do Regicídio irá passar fundamentalmente como uma data com a qual não se sentem ligados, podendo, eventualmente, conhecer através da imprensa o que sucederá no Terreiro do Paço e outros locais. Volvido um par de dias, porém, poucos se irão recordar ou saber apontar a causa das cerimónias.

Muitos, por teimosia e sobretudo arrogância, talvez ignorante, talvez propositada, conotam a I República com a III em que vivemos hoje, quando na realidade não existe uma continuidade entre as duas, nem tão pouco o sistema político é semelhante, à excepção de um reduzido número de elementos comuns de que se destaca o Chefe de Estado eleito (embora, note-se, com poderes e responsabilidades distintas). Este facto aliado ao insulto fácil infelizmente encontrado com frequência em vários espaços monárquicos e ao mais alto nível (e também republicanos diga-se), fazem, desta data, outra que será

lembrada essencialmente por monárquicos, ou por republicanos que admiram a personalidade mas não o regime, não alterando, em nada, o estatuto do movimento monárquico em Portugal e perdendo-se assim uma oportunidade que tão cedo não se repetirá.

D. Carlos, mesmo antes do Regicídio, foi um rei que, indubitavelmente, conquistou o seu lugar na história. A sua inteligência, o seu carisma, a sua arte também, fizeram deste monarca um exemplo de um rei constitucional, uma figura geralmente simpática à população e com o qual facilmente se constrói uma relação de empatia. É certo que não existem estadistas perfeitos e que o próprio conceito de 'Rei' ofende muitos dos que, por tantos anos de propaganda e falta de informação e reflexão (voltando a questão da massa crítica e da apatia face a questões políticas) persistem em confundir os conceitos de democracia e república.

A evocação do centenário desta triste data da História de Portugal, deveria marcar o início de um debate sério, mais do que sobre República ou Monarquia, sobre o sistema político, sobre verdadeira democracia e sobre a preservação da nossa identidade cultural e política, nomeadamente ao nível da integridade e unidade de Portugal face a tentativas divisionistas que almejam apenas o lucro pessoal. Estes objectivos são porventura alcançados, de forma impar, por uma monarquia assente em princípios democráticos e chefiada por reis capazes e com o vigor necessário para evitar a sua utilização por lobbies que dividem e corrompem o verdadeiro espírito de uma Causa Monárquica.

Resumindo em poucas palavras, cabe aos portugueses encontrar novos sentidos para as palavras modernidade, inovação e cidadania, actuando nos campos em que cada um se insere. Do mais alto magistrado ao cidadão menos qualificado, todos têm um lugar em Portugal e todos têm uma palavra a dizer no jogo democrático. Este é o legado de D. Carlos, um espírito visionário e determinado, ceifado cedo de mais por aqueles que, como hoje, não compreendem onde se encontram as verdadeiras prioridades nacionais e quais as formas de, em concreto e de forma decisiva, mudar o país, usando aquelas que são as verdadeiras alavancas da mudança, tendo o desenvolvimento como objectivo e um progresso sustentado como ferramenta.

Paulo Especial

O regicídio marca o início do Século XX político em Portugal. Sendo igualmente um momento com um inegável pendor trágico/romântico, situação muito em voga na Europa até à 1ª Guerra Mundial. Onde um grupo de “insatisfeitos” se “martiriza” em nome de aquilo que considera ser o bem público.

Olho pessoalmente para este momento de quatro formas distintas, que passo a expor:

- Enquanto monárquico, denoto que os regicidas não se aperceberam ou sequer tentaram perceber que a culpa da ingovernabilidade Nacional não seria da culpa do Rei, mas sim dos políticos da altura, monárquicos ou não.

Igualmente denoto que se os políticos republicanos tudo faziam para descredibilizar a monarquia, nem sequer procurando dar alternativas ou melhorar as condições dos Portugueses, já os políticos monárquicos, apesar das suas noções sobre como melhor governar a Nação, não se conseguiam entender entre si chegando ao ponto de apoiar os republicanos quando El-Rei D. Carlos opta por uma posição alternativa.

Vê-se assim a personalidade que procurava libertar Portugal das malhas do Século XIX, apesar das sucessivas crises pelas quais passou, a ser abatido por aqueles de quem achava que não poderia fugir ou ter medo.

É assim que a 1 de Fevereiro de 1908, El-Rei D. Carlos faz a sua fatídica viagem de caleche, expressamente a pedido deste, para estar mais junto dos seus concidadãos e para lhes demonstrar que Ele, não tinha receio dos mesmos.

Devemos, desse modo, enquanto monárquicos ou republicanos, mas em especial enquanto Portugueses interessados em melhorar as condições de todos nós e não apenas de alguns tirar de aqui as devidas elações, para que erros destes não tornem a acontecer.

- Numa visão puramente política, o regicídio em si nada trás de novo para além de quase inevitabilizar a queda da monarquia. Creio que se o interesse maior dos republicanos seria a queda da monarquia o conseguiram neste momento, como adiante se provou.

Mas igualmente ficou demonstrado após a instauração da república, que os mesmos republicanos não se tinham preparado para o advento de uma república, chegando-se ao ponto de se ter de recorrer a subterfúgios para que os partidos republicanos tivessem a certeza de conseguirem ganhar as eleições.

Sendo que a nível da governabilidade do País, com a república a mesma

ingovernabilidade passa directamente de um regime para o outro, desiludindo assim aqueles que esperavam por uma melhoria significativa ao nível da governação.

Não podemos esquecer que tanto monárquicos quanto republicanos amavam o seu País e que talvez estes últimos tivessem a ilusão de que uma simples mudança de regime, um romper com o passado, corrigisse os erros do passado.

Tendo sido dito que, El-Rei D. Carlos pagou pelos erros da sua Dinastia, tendo sido talvez o Bragança que menos mereceu pagar.

O que é factual é que Portugal sob os Bragança, passa por momentos traumáticos, desde a perda de Olivença, as invasões Napoleónicas com a subsequente mudança da capital/corte para o Brasil, a subsequente secundarização de Portugal enquanto território Europeu quase ao estatuto de colónia brasileira ou protectorado inglês, com a guerra civil entre Liberais e Miguelistas, com as diversas revoltas ou golpes de estado, etc...

Chega-se assim a El-Rei D. Carlos, um Soberano de um País atrasado a nível Europeu, que vive dos sonhos de glórias passadas e onde a governação é dirigida num pântano político.

Tenta, em apoio dos sucessivos, promover a reforma da Nação, relançar

Portugal numa senda de prosperidade e desenvolvimento, reaproximar Portugal da nossa maior realização Ultramarina à altura, o Brasil, ao mesmo tempo que apoia as missões Africanas como forma de restaurar o prestígio Nacional, tanto a nível internacional quanto interno. A falta de apoio e o desinteresse da classe política no bem-estar da Nação em prol da mesquinha procura do interesse próprio, levam El-Rei D. Carlos a olhar para a figura do Sr. João Franco, ao qual convida a formar Governo.

Note-se que os republicanos não ficaram quietos durante todo este tempo. Crescem, organizam-se, mobilizam-se e apoiados pelos monárquicos que deviam preocupar-se com a Nação, colocam em cheque a figura do próprio Rei!

El-Rei D. Carlos opta pela defesa do seu Homem de confiança, ao invés de o abandonar como tem sido a norma ao longo dos tempos. Opta pela defesa de um caminho que afastasse a governação do pântano político e pela defesa do que principiava a ser a retoma económica.

Por tudo isto e por acreditar que os Portugueses o amavam, tanto quanto ele os amava a eles, pagou com a vida.

Não foi o povo quem o matou, mas sim os republicanos que sonhavam com uma nova alvorada e os monárquicos que ao invés de terem reconhecido a grandeza do seu carácter preferiram voltar-lhe as costas, tal como aconteceria

a 5 de Outubro de 1910.

- Ao nível da mentalidade, conforme era prática corrente à altura, a sociedade da altura ao se encontrar num estado de espírito trágico/romântico, as opiniões da altura quanto a este momento dividiram-se em relação ao mesmo. Encontrando aqueles que repudiaram este acto e aqueles que, quase em ro-maria, se dirigiam aos túmulos dos regicidas.

Portugal vive então o espírito dos “insatisfeitos”, que no fundo não mais são que aqueles que não se conformam com o estado das situações. O que por si não é mau, muitos de nós seremos igualmente inconformados, mas alguns destes em específico tal como alguns nos dias de hoje, defendiam acções mais radicais enquanto forma de forçar a promoção ou implementação de soluções. Estes “insatisfeitos” em especial, não queriam dialogar, não queriam procurar por alternativas que não as suas e assim estes elementos que reconhecem na figura d’el Rei D. Carlos o suporte a toda a instituição governativa, optam por o abater, procurando assim deitar tudo abaixo.

Estes elementos em tudo são comparáveis aos fundamentalistas dos nossos dias, que se martirizam em prol de uma mudança.

Tal como agora, também os regicidas se encontravam toldados com imagens, as quais após terem sido aproveitadas e trabalhadas por oportunistas, conseguem levar a que pessoas normais, muito provavelmente carenciadas de

alguma forma e por isso mais fragilizadas, se prestem a estes actos.

Aviltando-se assim a defesa do bem comum ao reduzir-se este à remoção de todos aqueles que não partilham dos mesmos pontos de vista, como forma de se chegar ao poder.

- Enquanto Ser Humano, creio que todas as violações da integridade de outro Ser Humano são uma plena demonstração da barbárie de que enquanto espécie somos capazes de protagonizar e assim perfeitamente injustificável.

Sendo tal demonstrativo das sucessivas ânsias por frenesins que apenas procuram a destruição pela destruição, escondendo-se sob que capa for.

El-Rei D. Carlos é notoriamente, uma excepção à regra. Bastando para isso relembrar o caso do Ultimato de 1890, em que o Reino Unido colocava em cheque o projecto de expansão Portuguesa em África, vulgarmente conhecido por Mapa Cor-de-Rosa.

Note-se que quando a maioria dos Portugueses, onde se inseririam a quase totalidade dos republicanos, clama por uma guerra em defesa de uma honra manchada.

El-Rei prefere evitar a mesma, salvaguardando a integridade Nacional e o preço que certamente pagaríamos, tanto a nível material quanto humano,

por uma guerra perdida à partida apenas por uma questão de “Honra”.

A Vida Humana não é medível e creio que El-Rei D. Carlos assim igualmente pensaria, pois numa era de Loucura desmedida conforme se viu uns meros 6 anos depois com o deflagrar de uma Guerra Mundial a qual escondendo inúmeros motivos políticos se escuda numa defesa de uma “honra manchada” após mais um bárbaro assassinato político. El-Rei D. Carlos opta pelo caminho da segurança retirando-se de uma situação de confrontação sem qualquer hipótese de vitória, preferindo dessa forma salvaguardar o Portugal da altura e as capacidades humanas e materiais deste. Note-se que esta primeira guerra mundial, mesmo assim não chegou para os políticos Europeus, os quais precisaram de uma segunda guerra mundial para terminar, ou quase, os assuntos deixados em aberto.

O que trouxe então o regicídio para Portugal?

Promoveu o fim de uma instituição secular em Portugal, que no fundo não era a culpada dos erros que se procuravam resolver, trouxe para o poder uma nova classe de políticos que não paravam perante nada para levar a sua avante, tal como se viu no assassinato do Presidente da República o Sr. Sidónio Pais. Trouxe um clima de agudização da situação económica Nacional, de perda de direitos populares durante a Primeira República, etc...

Ou seja, nada trouxe e ainda ajudou a tirar o pouco que se tinha de

esperança numa época que já de si era difícil mas que aparentemente se encontrava em recuperação.

Os Portugueses de hoje, numa situação muito melhor do que alguma vez estiveram, apesar das dificuldades que são patentes e presentes nos dias de hoje, não se encontram na presente situação por causa da República de ou qualquer coisa que esta tenha feito em seu prol.

Mas sim, por causa do trabalho de homens e mulheres, de Portugueses pelo seu bem-estar.

Os Portugueses de hoje, século XXI, ainda não têm o direito de poderem escolher o seu caminho, direito esse defendido pelos republicanos de então.

Os Portugueses de hoje esquecem que a 1 de Fevereiro de 1908, morreu por eles um Rei de Portugal, um homem com as suas falhas, os seus pecados, um homem. Mas um Homem com “H” grande, que não fugiu às suas responsabilidades, que não vem a público negar as suas próprias palavras, um Homem ao qual coube por nascença defender e proteger Portugal e os Portugueses e o qual nunca se permitiu a fugir desse serviço que aceitou prestar.

Quanto poderia ter sido Portugal um lugar diferente, não tivesse morrido O Homem que morreu a 1 de Fevereiro de 1908.

Infelizmente, nesta data, até o futuro foi morto, com o assassinato do Príncipe Real D. Luís Filipe, um jovem que se prestava a servir Portugal, orgulhoso do papel que o Sr. seu Pai realizava, desde cedo a apresentar-se para servir da mesma forma como ficou provado em mais de uma vez, na sua curta vida.

Nada, para além destas pequenas palavras falei sobre este jovem, no entanto não me esqueci dele, pois se El-Rei D. Carlos foi O Homem, o Príncipe Real D. Luís Filipe, aparentemente seria a continuação de todo um trabalho que estava a ser realizado.

©2008 - Monarquicos.com - Todos os direitos reservados